



História, Ciências, Saúde - Manguinhos

ISSN: 0104-5970

hscience@coc.fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz

Brasil

Conceição, Gisele C.

Evidências da circulação de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil em um
manuscrito de 1763 de António Nunes Ribeiro Sanches
História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 24, núm. 2, abril-junio, 2017, pp. 519-533
Fundação Oswaldo Cruz
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386151662014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Evidências da circulação de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil em um manuscrito de 1763 de António Nunes Ribeiro Sanches

Evidences of the circulation of natural philosophical knowledge about Brazil in a 1763 manuscript by António Nunes Ribeiro Sanches

Gisele C. Conceição

Investigadora colaboradora, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/ Faculdade de Letras/Universidade do Porto.
Largo Curso Silva Monteiro, 98, Loft 20
4150800 – Porto – Portugal
giseleconceicao@gmail.com

CONCEIÇÃO, Gisele C. Evidências da circulação de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil em um manuscrito de 1763 de António Nunes Ribeiro Sanches. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.2, abr.-jun. 2017, p.519-533.

Resumo

O médico português António Nunes Ribeiro Sanches foi autor de vários trabalhos sobre educação e ciência em Portugal e em seu Império. Muitos dos textos que escreveu circularam em sua extensa rede de contatos e foram importantes para a formação e consolidação de diversas políticas públicas, principalmente a partir do governo do marquês de Pombal. Neste artigo, exponho algumas das ideias de Ribeiro Sanches sobre o reconhecimento dos recursos naturais brasileiros e sua exploração para o comércio e a medicina em um manuscrito, até então inédito, escrito em 1763.

Palavras-chave: António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783); natureza brasileira; século XVIII; filosofia natural; história da medicina.

Abstract

António Nunes Ribeiro Sanches was a Portuguese physician and the author of several works about education and science in Portugal and its Empire. Many of these texts circulated and were made public through letters written by him and sent to other intellectuals. This article sheds light on an unpublished manuscript written by Sanches in 1763, in which he argued for the recognition of Brazilian natural resources and their exploitation for trade and medicine.

Keywords: António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783); Brazilian nature; eighteenth century; science; history of medicine.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702017000200012>

O enredo de um manuscrito anônimo

Desde o início do século XVIII, no reinado de dom João V, podemos observar maior circulação de livros, ideias e correspondência entre os mais variados agentes, seja em Portugal, em países do norte da Europa ou nas colônias (Furtado, 2012). Os conteúdos dessas cartas eram os mais variados, e, por meio delas, o conhecimento circulava e era validado. Esse cenário não se modificou na segunda metade do século XVIII, muito pelo contrário, intensificou-se. O volume de trabalhos relacionados às questões políticas, econômicas e científicas, e por vezes à averiguação das potencialidades naturais das colônias, especialmente o Brasil, é inegavelmente maior. Havia um grande interesse do Estado português, que, por sua vez, levou ao aumento do número de agentes a estudar a natureza colonial em ordem a promover mecanismos que pudessem ser empregados pela Coroa para incrementar o conhecimento e o uso dos recursos naturais para o comércio e a ciência. Motivado por interesses políticos, econômicos e acadêmicos, o Estado português aumentou o número de indivíduos que estudavam a geografia, as populações indígenas, ou o ambiente natural das colônias, apresentando mecanismos que deveriam ser utilizados pela Coroa para potencializar o conhecimento e a utilização dos recursos naturais para o comércio e para as ciências (Kury, jan.-jun. 2015; Furtado, 2012; Patata, 2006).

Nesse panorama de circulação de textos, agentes, conhecimento e ideias, podemos destacar a figura de António Nunes Ribeiro Sanches, nascido em 1699, em Penamacor, uma vila no centro de Portugal. Cristão-novo, deixou o país ainda jovem e nunca mais regressou. Seus estudos foram iniciados na Universidade de Coimbra, em princípios do século XVIII, transferindo-se mais tarde para a Universidade de Salamanca, Espanha, onde recebeu, em 1724, o título de doutor em medicina. Sua vida e sua obra foram exaustivamente estudadas pelo médico e professor de história da medicina na Universidade do Porto Maximiano Lemos (1860-1913), sendo ainda hoje objeto central de diversos campos da pesquisa histórica, dada a importância dos impactos de seus pensamentos e suas obras em algumas das principais reformas implementadas na educação e na saúde, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII.

A peregrinação de Ribeiro Sanches por grandes centros intelectuais da Europa e as influências que absorveu vindas desses centros podem ser claramente identificadas em seus trabalhos. Em seu périplo europeu, passou por Gênova, Montpelier, Bordéus e Londres, onde esteve em contato com intelectuais locais e pôde apreender novas vertentes científicas e exercer a medicina. Depois partiu para a Holanda, onde conviveu e foi discípulo do célebre médico Hermann Boerhaave (1668-1738). Mais tarde, em 1731, sendo recomendado pelo próprio Boerhaave, Ribeiro Sanches partiu para a Rússia a fim de exercer a função de médico do Exército, ganhando fama e prestígio, o que o levou a ser nomeado médico pessoal da czarina Ana Ivanovna (1693-1740). Em 1739, foi nomeado membro da Academia de Ciências de São Petersburgo e, no mesmo ano, da Academia de Ciências de Paris (Furtado, 2012; Lemos, 1911; Boto, 1998; Ramos Jr., 2013).

Por motivos políticos, pois acabou sendo envolvido em intrigas de Estado, Ribeiro Sanches partiu de São Petersburgo para Paris (onde viveu até a sua morte, em 1783), e ali teceu importantes conexões com a mais alta intelectualidade francesa, participando ativamente na construção de um novo ambiente científico em Portugal. Nesse período, foi extenso o número

de textos que escreveu, e sua fama intelectual ganhou ainda mais destaque. Suas principais obras abordaram temas relacionados com a medicina, a educação e a história natural. Ainda em Portugal, Ribeiro Sanches escreveu, em 1726, o *Discurso sobre as águas de Penha Garcia*. A convite de Diderot, escreveu o verbete sobre doenças venéreas para a *Encyclopedie* (Furtado, 2012; Lemos, 1911; Boto, 1998; Ramos Jr., 2013). Nos anos seguintes, o médico português publicou suas principais obras para o âmbito político e científico português: em 1756, o *Tratado da conservação da saúde dos povos*; em 1760, as *Cartas sobre a educação da mocidade* (uma das mais importantes para o período); em 1763, o *Método para aprender e estudar a medicina*; em 1779, a *Mémoire sur les bains de vapeur en Russie* (Lemos, 1911).

Ribeiro Sanches tinha uma influente rede de contatos pela qual expunha seus pensamentos e seus trabalhos. Nela, segundo Júnia Ferreira Furtado (2012), estavam dom Luís da Cunha (1662-1749), Denis Diderot (1713-1784), Buffon (1707-1788), Leonhard Paul Euler (1707-1783), Herman Boerhaave (1668-1738), D'Alembert (1717-1783), o marquês de Pombal (1699-1782); Joseph-Nicolas Delisle (1688-1768), Étienne-Maurice Falconet (1716-1791), além de outros, como seu sobrinho, o médico José Henriques Ferreira.

Assim que chegou a Paris, Ribeiro Sanches estabeleceu uma importante ligação com dom Luís da Cunha. As ideias de ambos confluíam em vários pontos, e uma parceria se firmou. Tal conexão de pensamentos pode ser verificada no texto escrito em 1730 por dom Luís da Cunha *Método com que se deve estudar e ensinar a filosofia e medicina moderna*, no qual recebeu colaboração de Ribeiro Sanches. Segundo Júnia Ferreira Furtado (2012, p.142), nesse texto de dom Luís da Cunha é possível notar alguns elementos que depois foram implementados pelo marquês de Pombal em suas reformas (1750-1777).

Mesmo que nunca tenha retornado a Portugal, Ribeiro Sanches foi figura de importante destaque na composição de muitas das políticas científicas e educacionais implementadas em Portugal ao longo do século XVIII. Conectando-se com figuras centrais do Estado português, como dom Luís da Cunha e o marquês de Pombal, suas ideias (mesmo que não na totalidade) puderam ser incorporadas nas reformas pombalinas. Ribeiro Sanches participou ativamente na construção das bases políticas e científicas para uma reestruturação da Universidade de Coimbra, em particular no currículo de medicina (Furtado, 2012; Lemos, 1911; Boto, 1998). Militou para que a Coroa portuguesa aumentasse os incentivos para que os intelectuais fizessem o périplo europeu, no intuito de estabelecer conexões com proeminentes intelectuais e as mais recentes ideias e conceitos (Furtado, 2012).

Suas ideias circularam por meio de trabalhos publicados em várias línguas e de inúmeras cartas trocadas com indivíduos de sua extensa rede de contatos. Algumas delas cruzaram o Atlântico, chegando às colônias. Ele escreveu sobre virtualmente tudo, e, dentro do conjunto de seus trabalhos, alguns tratavam do Brasil, de sua natureza, de suas potencialidades naturais, especialmente das que poderiam ser úteis para o comércio, para a medicina e para a história natural. É nesse aspecto que o nosso interesse repousa.

O enredo em torno do manuscrito aqui tratado envolve não somente a circulação de ideias entre seu autor e seu interlocutor, mas, também, sua circulação no Brasil.

Em 1911, Maximiano Lemos, em sua obra *Ribeiro Sanches, a sua vida e a sua obra*, afirmou que o médico havia escrito e enviado ao embaixador português em Paris, dom Vicente de Sousa Coutinho (1726-1792), em 1763, 25 páginas manuscritas sobre as colônias. Segundo ele:

A colocação em Paris de D. Vicente de Sousa Coutinho como nosso ministro teve uma feliz influência sobre a vida do nosso ilustre compatriota. Pouco tempo depois de sua chegada, Sanches dirigiu-lhe um manuscrito sobre as colônias, que Innocência conseguiu ver, mas cujo paradeiro não pudemos averiguar. A seu respeito encontramos esta nota entre os papéis do médico português: *Diz Sanches: 'Disto escrevi 25 folhas de papel para o Sr. Dom Vicente de Sousa Coutinho no anno de 1763: queira Deus que valha alguma coisa para o serviço da humanidade e de Portugal'* (Lemos, 1911, p. 176).

O historiador Victor de Sá (1980) afirmou algo semelhante. Segundo ele, Ribeiro Sanches havia escrito um texto, em 1763, intitulado *Discursos sobre as colônias, sobre a América portuguesa e sobre a agricultura*. Victor de Sá (1980, p.117) ainda acrescentou que: “A respeito deste manuscrito, que Innocência descreve (no *Dicionário bibliográfico português*), afirmava Maximiano Lemos desconhecer-se o seu paradeiro, situação que ainda hoje perdura”.

O Innocência mencionado pelos dois autores é Innocência Francisco da Silva (1810-1876), importante colecionador de livros e bibliógrafo. No seu *Dicionário bibliográfico português*, fez menção aos tais papéis escritos por Ribeiro Sanches sobre o Brasil, dizendo:

A segunda obra é um trabalho econômico-político, e de notável importância para aquele tempo, acerca da América Portuguesa, ‘empreendido e concluído em 1763, a instância do ministro Conde de Oeiras, depois Marquês do Pombal’, que, como se sabe, tinha em grande consideração a ciência e conhecimentos do doutor Sanches, e não se declinava de consultá-lo com frequência sobre negócios de variado interesse público (Silva, 1876, p.146; destaque nosso).

Depois de uma breve leitura do documento “Apontamentos para descobrir na América portuguesa aquelas produções naturais que podem enriquecer a Medicina e o Comércio, Paris, Outubro de 1763”, localizado na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional de Portugal, sem assinatura ou nomeação de destinatário, encontrei, na página 11, a chave para identificar o autor:

Instruções e qualidades dos que haviam de indagar as produções das terras de Ultramar. ... Já nas Cartas que escrevi sobre a Educação da Mocidade, como também no Método para aprender e ensinar a Medicina, mostrei evidentemente, me parece, que jamais se introduziu em Portugal a Ciência da Física Geral ... (Apontamentos..., 1763).

É evidente que o texto anônimo foi escrito por Ribeiro Sanches e que se trata de um dos manuscritos citados por Maximiano Lemos em 1911, Victor de Sá em 1980 ou por Innocência Francisco da Silva em 1876. Não é possível afirmar se o manuscrito depositado na Biblioteca Nacional é o que foi endereçado a dom Vicente de Sousa Coutinho ou ao marquês de Pombal; o que de fato podemos dizer é que se trata do texto sobre o Brasil que se acreditava estar perdido. Além disso, sabemos agora que Ribeiro Sanches não escreveu apenas um, mas pelo menos dois textos sobre o mesmo tema e endereçou a agentes diferentes.

Algumas particularidades sobre os conteúdos do manuscrito

O texto de Sanches disserta sobre as vantagens dos conhecimentos em história natural para a economia, agricultura e ciência. Para isso, exemplificou como alguns países, Inglaterra,

Holanda e Espanha entre eles, puderam enriquecer seu comércio e sua ciência por meio de estudos sobre a história natural de suas colônias. Sanches escreveu sobre o ensino de medicina e a importância da história natural para a prática médica. Em relação à botânica, disse ser necessário o conhecimento das potencialidades naturais das colônias, e que os médicos deveriam ter conhecimentos sobre seus usos e aplicações na medicina. Como solução para que o Reino português tivesse maior aproveitamento econômico e científico de seus territórios coloniais, em especial o Brasil, Sanches dissertou sobre a importância do ensino superior e da reforma proposta por ele em relação à Universidade de Coimbra. Ainda ressaltou a importância de haver intercâmbio de conhecimento e de pessoas entre Portugal e os países do norte, evidenciando que a circulação de agentes promoveria um maior enriquecimento da ciência portuguesa.

Fato é que esse manuscrito, assim como outros escritos por Sanches, pode ser relevante para demonstrarmos de que maneira se dava a circulação de conhecimentos no Império português. Os agentes produtores de conhecimento científico muitas vezes validavam suas ideias pela troca de correspondência. Podemos supor que Sanches sabia que, se escrevesse para dom Vicente de Sousa Coutinho e para o marquês de Pombal, poderia ter suas ideias mais facilmente aceitas e assimiladas pela “República de Letras”. Os mesmos argumentos dessa carta de 1763, sobre a prioridade que deveria ser dada aos estudos filosófico-naturais no Brasil, ficaram registrados em uma outra carta, escrita por Ribeiro Sanches e enviada para seu sobrinho que residia no Brasil, o médico José Henriques Ferreira. Tal carta foi transcrita e levada a público no trabalho de Ferreira (1788) sobre a cochonilha.

A complexa rede de contatos e trocas de correspondências e trabalhos gerou um extenso volume de textos científicos, e críticos, a respeito da história natural do Brasil. Ideias, críticas e conhecimento circulavam para além das fronteiras entre a metrópole e a colônia. Ribeiro Sanches, que nunca voltou a Portugal e tampouco esteve no Brasil, escreveu nesse texto de 1763, por exemplo, sobre alguns produtos naturais do Brasil, suas qualidades e meios de produção, como a quina, a ipecacuanha e o óleo de copaíba. Esse tipo de informação chegou até ele mediante trabalhos escritos por outros agentes, o que demonstra que o conhecimento a respeito do ambiente natural brasileiro circulava de maneira ampla no século XVIII, principalmente na segunda metade do século.

Para o século XVIII, apesar de ser escasso o número de trabalhos impressos quando comparados com o volume de manuscritos, isso não significou menor circulação de conhecimento, nem dentro do Império português nem entre ele e outras regiões (Furtado, 2012). O conhecimento que circulava entre agentes de diferentes locais era validado, às vezes, aplicado e reconfigurado por eles.

O manuscrito

A transcrição foi feita a partir dos originais, que estão depositados na Secção de Manuscritos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal (COD 6941).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi financiado pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes), e faz parte do projeto de doutorado que desenvolvo desde 2013 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob a supervisão da professora Amélia Polónia.

REFERÊNCIAS

APONTAMENTOS...

Apontamentos para descobrir na América Portuguesa aquelas produções naturais que podem enriquecer a Medicina, e o Comércio. Sessão dos Reservados, COD. 6941//4 (Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa). 1763.

BOTO, Carlota.

Enciclopédismo de Ribeiro Sanches: pedagogia e medicina na confecção do Estado. *História da Educação*, n.4, p.107-117. 1998.

FERREIRA, José Henriques.

História do descobrimento da cochinilha no Brasil, da sua natureza, geração, criação, colheita e utilidades. Série Azul de Manuscritos reservados, COD 375 (30) (Academia das Ciências de Lisboa). 1788.

FURTADO, Júnia Ferreira.

Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: UFMG. 2012.

KURY, Lorelai.

O naturalista Veloso. *Revista História*, n.172, p.243-277. jan.-jun. 2015.

LEMOS, Maximiano.

Ribeiro Sanches, a sua vida e a sua obra. Porto: Tavares Martins. 1911.

PATACA, Ermelinda Moutinho.

Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808). Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006.

RAMOS JR., Nelson de Campos.

Mediador das Luzes: concepções de progresso e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). Dissertação (Mestrado em história social) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

SÁ, Victor de.

Ribeiro Sanches: “Dificuldades que tem um Reino Velho para emendar-se” e outros textos. Seleção, apresentação e notas de Victor de Sá. Lisboa: Livros Horizonte. 1980.

SILVA, Innocência Francisco da.

Dicionário bibliográfico português: estudos de Innocência Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Tomo VIII (1º suplemento). Lisboa: Imprensa Nacional. 1876.



Apontamentos para descobrir na América portuguesa
aquelas produções naturais que podem enriquecer a Medicina
e o Comércio. Paris 2 de Outubro de 1763.

Introdução

Aquele que primeiro comunicou a virtude da quina aos Castelhanos fez o maior presente ao gênero humano, do que se lhe fizesse de todo o ouro e prata que tem saído da América. Esta consideração me moveu, são passados 25 anos, a argumentar todos os conhecimentos que podia adquirir, para ver de que modo se poderia estabelecer na América Portuguesa toda a sorte de agricultura e de remédios, porque considerei que são as maiores riquezas com que podia utilizar a minha Pátria.

Bem me apercebo que me faltam forças, engenho e notícias individuais daquele continente para conseguir tudo o que tenho pensado nesta matéria. Estas dificuldades me determinaram a escrever por tratados separados tudo o que tenho sobre a América. E para tentear as minhas forças, quis neste primeiro, tratar de que modo se deviam buscar os remédios, as especiarias, e outras produções, para aumentar as artes mecânicas, que estão já conhecidas pelos Castelhanos, Ingleses, e Holandeses, tanto nos seus domínios na América como na Índia Oriental, e na África. E também de que modo se podiam descobrir outras muitas produções ignoradas até agora na Medicina e no Comércio.

É observação constante na História Natural, que em qualquer parte do Globo Terrestre [folha 2] habitado onde o calor, ou o frio for igual, que nesse lugar nascem as mesmas plantas, e as mesmas árvores. Observaram os Botânicos que nos Alpes se acham em certos lugares as mesmas plantas que nascem em Suécia, e em Sibéria, não obstante ser desigual a altura do Polo. A raiz de Jen-Sem [ginseng] que nasce naturalmente na Tartária Oriental nos campos que bordam o Rio Amur, e achou felizmente o Pe. Lafitau no Canadá. A canela de Ceilão, se acha em Sumatra, e na Ilha de S. Thomé, lugares na linha equinocial.

Desta observação incontestável, comecei a indagar em que lugares nasciam as drogas, ou remédios que se empregam na Medicina, em que altura de Polo, que grau de calor ou de frio lhes é natural, e se no Brasil desde o Rio das Amazonas até o Rio de Janeiro pelo menos, existiam as mesmas disposições para nascerem nestes dilatados domínios os mesmos remédios e as mesmas produções.

Confrontei no Globo Terrestre aquela parte da Índia Oriental e a América Castelhana, donde nos vêm as especiarias, e as drogas, e achei que o nosso Brasil fica na mesma Latitude; que o calor e a humidade é quase em tudo semelhante. E não foi tão sem fundamento esta combinação, que a não pudesse provar pela história.

Relata o Pe. Vieira nas suas Cartas, que quando se descobriu o Brasil acharam nos seus Campos os Portugueses, abundância do Zimzibre [gengibre]. E que El Rei D. Manuel todo absorto na conquista, e aumentos da Índia Oriental, mandara arrancar e destruir esta planta. Como a primeira Praia que se descobriu nesta parte do Mundo, foi a Bahia de todos os Santos a 13 Graus de Latitude Austral, naturalmente se persuadirá qualquer que nestes lugares nascia

espontaneamente o Zimzibre. Esta mesma planta nasce nos campos de latitude na Índia Oriental na latitude de quase 13 graus. Os Ingleses transplantaram esta planta nas Ilhas que possuem na América, situadas dentro do Trópico de Câncer.

Temos no Brasil em muitas Capitânicas entre a Bahia de Todos os Santos [folha 3] e o Rio de Janeiro, a Canela que chamam brava, como também na Ilha de S. Thomé. Esta planta nasce em Ceilão, em Sumatra, e em alguns lugares do Coromandel. Nas transações filosóficas de Londres = Vol. 50: Part. 2º pag. 860 = se lê =, que posto que a Canela do Ceilão seja a mais estimada, que toda a sua fragrância provém da preparação, e de cultura que os nacionais daquela Ilha lhe sabem dar; e que não difere da casca da árvore chamada Cassia, pelo que entendo que se soubéssemos preparar a nossa Canela brava, que igualaria na fragrância aquela de Ceilão.

Martinho de Mendonça e Pina, no ano 1728, me comunicou, que tínhamos no Maranhão a quina brava. A casca desta árvore que usam todas as Nações civilizadas nos nossos hemisférios, colhe-se na Província de Quito, perto da cidade de Loxa, um grau lat. Austral. Nasce também na Ilha Guadalupe, uma das Antilhas dentro do Trópico, como relata o Pe. Labat.

[folha 4] Se preparássemos a nossa quina brava, e a colhêssemos no tempo devido, teríamos um tesouro mais precioso do que o dos diamantes. Aquele célebre Médico Richard Mead a chama = *Domum Dei* = depois que por 60 anos experimentou as suas virtudes por uma acreditadíssima prática.

Todos os remédios e enemas, bálsamos e gomas que nascem no Malabar, Coromandel, Sumatra e nas Ilhas Molucas, sei, com alguma experiência, que nascem também nos Campos que bordam não somente o Rio das Amazonas, mas também naqueles dos Tocantins, de S. Francisco e Paraná. Quem comparar a história natural das produções da Índia, que nos deixou nos seus Diálogos, Garcia de Orta, Cristóvão da Costa, e que se lê mais amplamente no *Hortus Malabariens*, achará quase as mesmas em Guilherme Piso, em Nicolás Monardes, e em Francisco Hernandez, Médico de Felipe Segundo, que escreveram a primeira do que produzia o Brasil, e os dois últimos o México e o Peru.

Fora supérfluo citar particularidades tiradas destes autores, e de outros muitos que trataram desta matéria. Já estamos convencidos, que no Maranhão temos as árvores do cravo, a da cambui [?], e a Pechuri, e outras muitas aromáticas da mesma natureza que tem aquelas das Molucas, das quais se colhe o cravo, a noz moscada ou noscada, e almecega. [folha 5] Já sabemos da variedade de bálsamos que contentem nas virtudes com os do Peru, e de outras Províncias da América Setentrional; temos gomas não só úteis e necessárias na Medicina, mas em muitas artes; temos almecega, copal, goma de borrachinas, várias sortes de terebintina; temos plantas, raízes, e sementes, não só como contra venenos, mas como as mais poderosas cordeais, e que resistem à podridão. A raiz de onça, a de mil homens e a Ipecacuanha; e outras muitas menos estimadas por não serem conhecidas, nem até agora terem caído nas mãos dos artífices, dos tintureiros, das que fazem caixas, palheteiros, toda a sorte de móveis, toda a sorte de vernizes; temos terras da natureza do vermelhão, do anil do bórax ou tintas para tingir, e polir tanto os metais, como os vidros e os mármore.

Só os Ingleses nos nossos dias têm a providência não só de indagar tudo o que nasce nos seus domínios da América, mas também de transplantar plantas, e árvores da Ásia e da América, nos ditos domínios; tendo-se neste potentado formado uma sociedade de homens doutos para promover estas novas plantações. Um Médico Inglês chamado Roussel, tendo assistido

em Aleppo, por alguns anos, trouxe consigo a semente da planta que produz a Scamonea [Escamonea]. Transplantaram em América esta planta, e já esperam atrair a si o comércio deste precioso e necessário medicamento. Já tiraram do México a planta que produz a raiz contra erva, que transplantaram nas Ilhas Antilhas; e com tantas despesas procuram assim adquirir o que lhes negou a natureza.

[folha 6] Não falo das Ilhas de S. Thomé de Annobom, da de Cabo Verde, de Noronha, e outras muitas; não falo do Reino de Angola, nos quais domínios se acham infinidade de remédios, e de produções utilíssimas tanto na Medicina, como no comércio. Apenas sabemos pelos nossos autores que se calhe no Reino de Angola a goma da árvore ou pau de sangue, que é superior a goma sangue de drago. Apenas sabemos que ali nasce em abundância a goma Elemi, e o óleo de Palma; e que só de lá vem o óleo de elefante.

Tanto da América Portuguesa, como da África e das Ilhas, chegam a Portugal muitas plantas, bálsamos, e gomas já conhecidas nas boticas, e introduzidas na Medicina. Todos conhecem a Salsaparrilha, Guaiaço, os Tamarindos, a Canafístula, a Ipecacuanha e Canela branca, a raiz da Quina, as gomas Arume [?]-copal, vêm destes domínios portugueses, e alguns outros mais introduzidos no comércio, como são vários paus para tintas, e para móveis. Mas todos sabem que naquele dilatado continente da América Portuguesa se poderia achar infinidade de produções utilíssimas para aumentar a saúde dos homens, e o comércio de todo o Estado. Esta indagação é a que me moveu há muitos anos cuidar de que modo se poderiam descobrir, e chegarem a conhecimento dos Médicos, e dos Boticários, como também dos Mercadores, para se introduzirem no comércio, como estão hoje [folha 7] introduzidos o ruibarbo, o azebre, a Seamonea [?], e o óleo de copaíba e todos os mais simples que então no comércio das drogas.

Se a América Portuguesa estivesse estabelecida desde a sua primeira origem na agricultura universal e no comércio, teríamos hoje muitos conhecimentos das suas produções que totalmente ignoramos. Parece que até agora não se avaliou aquele domínio se não para dominar os gentios, e tirar ouro das suas minas; não considerando por riqueza aquela que provém da agricultura. Mas nos discursos seguintes se tratará com individuação esta matéria: por agora só proporei o que me parece necessário para descobrir não somente o que ensina a América Portuguesa, mas ainda as suas Ilhas e as conquistas na África.

[folha 8]

Alguns meios para descobrir as produções do Brasil e para virem no conhecimento dos Médicos e dos Mercadores Portugueses.

Seria mui feliz um lavrador, se soubesse todas as qualidades do terreno da sua herdade: semearia a semente que convinha, em cada jeira de terra; plantaria árvores naqueles lugares, que não podem produzir outro fruto; penetraria o interior com lavouras grandes de dez ou doze palmos para saber se tinha no seu seio, cama de oleiro para fazer louça; se tinha mármore ou rochedos de pedra de cantaria; se minerais sais, pedras, e talvez as preciosas. Examinadas que fossem as superfícies do terreno e o seu interior, ficaria habilitado para aproveitar-se do bem que possuía.

Se o mesmo ânimo e intento existissem no legislador e no Pai da Pátria, sem dúvida mandaria examinar cada terreno como o lavrador examinou e furou a sua herdade. É certo que somente com este intuitivo conhecimento poderia resolver que lugares eram os mais aptos para aumentar-se a população; em que parte se deviam abrir caminhos; em que lugar e em que rios, e ribeiras seriam as pontes indispensáveis; em que lugar se semearia; que terreno seria o mais útil para ser plantado; que monte ou serra seria aberta para tirar dela metais, betumes, pedras, barros, sais, carvão, e outras produções que nos esconde a terra.

[folha 9] Mas um Rei ainda que esteja animado daquele ânimo criador, imitando sempre a Onibenificência do Altíssimo de quem é imagem na terra, não pode por si só ver tudo, examinar tudo, e ordenar tudo. É necessário usar de Geógrafos, de Medidores de terras, de homens instruídos na História Natural, na Química, na Metalurgia para que depusessem estes conhecimentos adquiridos pelo seu trabalho, no Arquivo do Tribunal Econômico do Estado, para dali sair as ordens executivas, que satisfizessem a sua destinação.

Se semelhante tribunal estivesse estabelecido no Reino, se as rendas que tem, e que podia ter, fossem fundadas unicamente no trabalho, e na indústria, já os seus domínios de Ultramar, ainda que dilatadíssimos, estariam examinados pelo menos na superfície.

Por falta de um Colégio Médico estabelecido na Capital, estão desconhecidas as produções necessárias às boticas, e as muitas artes, não somente aquelas que nascem no Reino, mas também nas conquistas, e nas colônias. Temos pelas bordas do Rio Tejo e Tamarisco, por toda a Serra da Estrela, e Genciana; e os Boticários se provêm destas plantas em Casa dos Droguistas Estrangeiros, que residem em Lisboa, e no Porto. Infinitude de produções nasce no Além Tejo, e no Algarve, principalmente na Serra do Monchique (como ouvi dizer, porque não temos Autor ainda, que escrevesse à [folha 10] História Natural do nosso Reino), ignoradas dos Médicos, e dos Boticários, e que comprem dos estrangeiros, evacuando-se até por estas sangrias, humores e a vida do Estado. E não é de dominar, porque as rendas reais não estão fundadas no trabalho, nem na indústria dos povos, nem naquela comunicação contínua da Aldeã para a Vila, da Vila para a Cidade, e da Cidade para a Capital, e desta para onde habitar qualquer súdito da Monarquia, ou seja, nos portos do mar, ou no mais retirado precipício das montanhas.

Mas deixando por agora este objeto de economia política do Reino, quero me conter somente naquela que tivesse por objeto indagar, e examinar pelos menos a superfície da terra das Ilhas e das conquistas e colônias que temos na África, e naquela feliz América.

Por não entrar a reformar o Estado, nem a exigir novos tribunais ou de economia, ou de comércio, tratarei somente dos homens que deviam ocupar-se nesta indagação, e das qualidades necessárias que deviam ter para fazer por alguns anos o referido exame; em que lugar seria o armazém, ou repositórios onde se depositarão estas ditas produções, cuja conhecidas, ou ignoradas; de que modo seriam comunicadas ao Colégio Médico, aos Cirurgiões e aos Boticários do Reino, e de Ultramar; de que modo seriam comunicadas à Junta do Comércio, e como poderiam entrar no de Portugal.

[folha 11] Se o ministério de Portugal tiver já abraçado o intento de estabelecer a agricultura universal nos domínios de Ultramar com base de sua conservação, e aumento, e de nenhum modo nas Minas, facilmente aprovará o que vou a propor. Se não estiver ainda estabelecido, e servir de alguma utilidade o discurso que intento escrever para mostrar qual deve ser o objeto

primário de conservar, e aumentar os ditos domínios persuado-me que não se considerará quimérica ociosidade o que vou a propor.

Instruções e qualidades dos que haviam de indagar as produções das terras de Ultramar.

Já nas Cartas que escrevi sobre a Educação da Mocidade, como também no Método para aprender e ensinar a Medicina, mostrei evidentemente, me parece, que jamais se introduziu em Portugal a Ciência da Física Geral, e Particular, se não pelos Portugueses que viessem aprender estas ciências nos Reinos que florescem hoje, e que desse modo o ordenaram os Reis D. João 2º, D. Manoel, e D. João 3º. Sabemos que em Portugal não se conhece um Jardim Botânico, nem um Repositório da História Natural, nem na Corte, nem na Universidade. Logo é impossível, que haja Médico algum ou qualquer [folha 12] homem de letras portugueses, que não saísse do Reino, que tenha a mínima instrução nestas ciências.

Se uma vez se assentar por cousa certa, que necessita o Estado conhecer as produções dos seus domínios, e tirar delas toda a utilidade possível, ninguém duvidará que lhe são necessários homens instruídos, mas ainda na economia dos Estados. Buscará logo o Estado homens dotados destes conhecimentos, e empregá-los na indagação que propomos.

Já mandando cinco ou seis estudantes de Medicina de idade de dezoito até vinte anos, dotados de gênio, e engenho, são e robustos, capazes de trabalho corporal e de ânimo (o ofício de Boticário e de Naturalista, ou como nós dizemos, de Herbolário, é para caminhar por montes e serras exposto a todos os temporais e a muitos perigos) a aprender a Botânica, e a História Natural em primeiro lugar; e em segundo, aquela Astronomia prática do fazer uma Carta Geográfica, tomar as alturas, marcar as longitudes, conhecimentos necessários no exercício da História Natural nos Climas e nas terras ignoradas, ou pouco conhecidas.

Aquele dinheiro que dispende a Universidade de Coimbra com trinta estudantes de Medicina cada um com 40 anos, podia empregar-se com maior utilidade do Estado na educação dos estudantes que proponho, que na [folha 13] daqueles médicos dos quais não necessita hoje o serviço real. No tempo que se instituíram estes partidos, faltaram Médicos no Reino, e também para as conquistas e serviço do mar; porque antes da fundação da Universidade atual, não havia Escolas regulares em Portugal. No ano 1550 pouco mais ou menos principiou a Escola que existe ainda hoje, sem mudar até agora o seu precário ensino. Se for aceite a reforma da Universidade que propus, estes ditos partidos ficarão riscados entre os gastos da Universidade, ficando outros estudantes em seu lugar para servirem o Estado como atualmente tem necessidade.

Hoje em Paris se poderia aprender com proveito e utilidade as ciências referidas; e parece que seria o lugar mais a propósito para virem aprender os estudantes propostos. Não seriam exorbitantes as despesas do seu ensino por quatro ou cinco anos, se cada um tivesse anualmente 320.000 [escudos?], que fazem duas mil libras de França. Com esta instrução poderiam ser mandados à América Portuguesa, e a Angola, descobrir os produtos daqueles Continentes.

Todo feliz sucesso desta expedição, dependia das instruções que lhes seriam dadas juntamente com as ordens reais para os Governadores e Ministros de Justiça, que lhes dariam toda ajuda e socorro para indagar, observar e recolher todas as produções conhecidas

ou desconhecidas, que poderiam ser empregadas na Medicina e nas Artes, e serviram para recuperar a saúde, e aumentar o Comércio.

[folha 14]

Obrigação destes Botânicos na indagação da História Natural das Conquistas e colônias Portuguesas.

A obrigação destes Botânicos seria determinar nas instruções, que receberiam do Colégio do Almirantado, ou do Conselho Ultramarino. E como delas devia depreender todo o seu emprego, porei aqui a sua matéria, ou apontamentos para se comporem aquelas que forem aprovadas pelo Tribunal a quem estiver encarregado o governo econ mico de Ultramar.

Tanto que os ditos Botânicos chegassem às cidades do Pará, Pernambuco, Bahia de todos os Santos, Rio de Janeiro, ou S. Paulo em Angola, deviam, na Capital em que chegassem, determinar o terreno mais   propósito para formar um Jardim Botânico e algumas Câmaras, n  só para morada do Jardineiro, mas têm também para servirem de repositório às várias produções da História Natural.

Estes jardins, ou Jardim pelo menos, um em Angola, outro em América, seriam absolutamente necessários para plantar neles as plantas e árvores das quais a virtude fosse conhecida, e os seus produtos serem empregados na Medicina e no Comércio. Servirão estes Jardins como de Catálogos, ou de roteiros das produções do Continente onde estavam estabelecidas. Facilitariam o conhecimento se achavam as ditas [folha 15] preparações, de que modo se deviam preparar e conservar para entrarem no Comércio. E os repositórios mencionados teriam a mesma destinação.

Os Holandeses em Bat via, em Ceilão e quase na maior parte das suas colônias na África, e no Suriname fundaram semelhantes Jardins.   custa do Estado assalariaram Botânicos que cuidaram daqueles jardins, aumentando-os cada dia pelas excursões que fazem pelos sertões das terras onde habitam. O Jardim do Cabo da Boa Esperança entre os hotentotes, é um dos mais guarnecidos que conhece a Botânica. Destes estabelecimentos veio o conhecimento daquela Nação no comércio das drogas, e de milhares de produções de que usam as artes.

Imitaram este método os Franceses em Caiena, e em algumas Ilhas das Antilhas, mandando igualmente botânicos para os ditos descobrimentos, cujos nomes já famosos na História Natural, como são Peyssonnel, Barrera, Adam, e outros muitos que serão notícia da História do Rio Senegal, e terras adjacentes daquela parte da África.

Foram os Holandeses, Senhores de Pernambuco e de Olinda, por onze anos, no Século passado, e logo cuidaram mandar naquele Continente formar um Jardim, e mandar Guilherme Piso e George Margrave, famosos Botânicos e Naturalistas, indagar as produções daquela [folha 16] sua conquista, e se não fosse por esta disposição, não saberíamos as plantas, os animais, nem os insetos do Brasil. Em onze anos tiveram tempo para nos darem as obras que temos na História Natural daquele Continente. Eles foram os que descobriram o óleo de Copaíba, a Ipecacuanha, a Almecega, a canela branca, a canela brava, e outras produções de que usa a Medicina com utilidade no Comércio português, somente por estas plantas, e árvores, como

se poderá ver na obra = “*De Índia utriusque re naturali at Medica librile. Amsterdam apud Elsevir. 1658. Fol.*”

As primeiras excursões que fariam estes Botânicos, deviam ser somente pelas bordas dos Rios, Ribeiras e torrentes perenes; não somente por serem navegáveis, e ser mais fácil de se transportarem com as suas comitivas, mas também para serem transportadas as produções descobertas ao Jardim, e ao Repositório da Capital.

Como estes Boticários deviam ser também instruídos na Astronomia Prática, que saberiam tomar a altura dos lugares, e a longitude, e fazer Cartas Topográficas, ficariam conhecidos os lugares onde achassem o que descobriam e tudo o mais que observassem. Não somente procurariam as plantas, e as árvores desconhecidas aos Botânicos, mas ainda aquelas mesmas semelhantes em tudo às plantas, na África, e América, que nos não pertencem = as gomas Assafetida, Galbano, Maysnha, Balellium, Benzoin, Storax, Carama, Opoponax, Sagayeno, Sarcocolla, Copal, Guaiaco, Amoniaco, Almecega de Chio. E do mesmo modo [folha 17] as mais plantas, raízes, e sementes conhecidas tanto no uso da Medicina, como no das Artes.

Se em Lisboa, e no Porto estivesse estabelecido um Colégio Médico como existe em Londres, Amsterdam, e nas mais Cidades Capitais da Europa, daquele modo ou que tenha já proposto por escrito, ou de qualquer que causar a maior utilidade a Portugal, todas as produções medicinais lhe veriam ser remetidas, para que nomeasse Médicos, que experimentassem os ditos remédios, e dá-los a conhecer por escritos públicos não só a todo o Reino, mas também aos estrangeiros. Deste modo é que os Holandeses, os Ingleses, e os Franceses, e os Castelhanos fizeram conhecer o Guaiaco, o Balsamo de Peru, a raiz Serpentania virginiana, e milhares dos produtos da Índia. Nicolas Monardes, Hernandez, as transações filosóficas, a História, e Memórias da Academia Real das Ciências, trataram da matéria referida, ou por ordem daquelas potências, ou pela instituição daquelas Sociedades.

Todas aquelas produções da América e da África já conhecidas no Comércio, como aquelas de que suspeitaram os Botânicos daquelas partes do Mundo, teriam a mesma destinação, empregadas nas tintas, nos vernizes, no pano de linho encerado, ou fossem paus que tingem em várias cores, ou ramos de árvores, de ervas, anil, cochinilha de várias castas, terras, sais para fazer vidros, e fundir metais, seriam [folha 18] mandados a Junta do Comércio, ou aquele armazém estabelecido em Lisboa, e no Porto, para que dali fossem mandados à Inglaterra, Holanda e França, para serem conhecidos. Porque como temos já mercados Portugueses em Londres, em Amsterdam Consul, e podem ser que com o tempo em alguns portos de França, seria da obrigação destes dar a conhecer, e fazer valer os ditos produtos, para plantar deste modo novos ramos de Comércio, que atualmente não conhecemos, não tendo pensado até agora nele, pela falta que temos de homens versados na História Natural, e empregados nestas descobertas à custa do Estado.

Seria da obrigação dos Botânicos que temos falado, guardarem um diário, no qual anotassem tudo o que observavam, e descobriram digno de notado tocante à História Natural, acabada que fosse a sua excursão, ficaria uma cópia daquele diário no repositório do Jardim Botânico, erigido nas cidades acima mencionadas. O original seria mandado a Portugal e ao Tribunal de donde dependessem os ditos Botânicos. Tirando deste original outra cópia para o uso do Colégio de Medicina, que se estabelecesse em Lisboa, e no Porto.

[folha 19] Pelo exame destes diários multiplicados, constaria dos trabalhos dos Botânicos; e estes sabendo que viriam a público as suas excursões, a sua ciência, diligência, e atividade, lhes serviria de estímulo para vencer as dificuldades que trazem consigo semelhantes ocupações.

Deste modo usou a Imperatriz Anna Ivanovina em 1733, querendo saber as produções da Sibéria, e a sua História Civil. Escolheu um Botânico e versadíssimo na História Natural chamado George Gmelin, com um ajudante. Escolheu um Historiador mui versado nas línguas, e nas antiguidades orientais chamado... Miller, com dois ajudantes, com tais instruções, e recomendações, e ordenou aos Governadores daquele dilatado Domínio, que executaram por dez anos o intento daquela Augusta Imperatriz. Enquanto estiveram empregados estes homens doutos naquela indagação, dependiam, e se correspondiam imediatamente com a Academia Imperial de S. Petersburgo, onde existe ordinariamente a Corte. À esta Academia, remetiam as suas descobertas, e os Diários que compunham, e que tem saído hoje a público, pela maior parte das línguas Russa e Alemã.

Deste modo foi conhecido aquele castíssimo, e rude Continente, não somente no que pertence a História Natural, mas ainda a Civil. Aumentando-se depois a comunicação, e por consequência o comércio [folha 20] e o bem dos povos, que são a glória, e o aumento dos Estados Políticos.

Descobrimos-se minas riquíssimas de ferro, de cobre, e de enxofre nativo; de prata e de ouro (ainda que de pouco lucro); muita sorte de mármore, e de jaspes, e algumas sortes de pedras preciosas de cores; algumas plantas que entraram no uso da Medicina, e se conhece onde nasce o ruibarbo. Uma vez que os caminhos comunicáveis se acharam até Kamchatka, e as fozes do Rio Lena, cada dia se vão alargando o aumento dos povos, cada dia de ferozes e incultos, irem civis e humanos: permite-lhes aquele Império, ainda governado pelas Leis, e pelas ideias do seu Pedro o Primeiro, que viram nos seus costumes e na sua idolatria. Pensando que deve primeiramente fazer de homens ferozes, e agrestes, civis e humanos, do que cristãos forçados; sabendo por experiência com que a intolerância de ferozes vem cruéis, e que de civilizados, de algum modo, vem traidores e rebeldes. Mas não é este o lugar de relatar aqui o que convém conhecer nos gentios, nem os idólatras, o que deixo para outra ocasião, quando tratar de que modo se poderiam civilizar os naturais do Brasil e de Angola.

O mais que pudera relatar para servir de matéria as instruções, depende totalmente do estado em que se acham os Domínios de Ultramar; de que modo são governados os nativos daquelas terras; que grau e que estado conservam no Estado Civil. Como não sei as leis municipais e próprias daqueles Domínios, é-me impossível entrar em particularidades que deviam [folha 21] observar por aqueles Botânicos que se destinassem a indagar o referido. Contestando-me, que se for aprovado o que acabo de escrever, que será fácil então acrescentar o muito que sei, falta nestes apontamentos.

Poderá ser que muitos me acusarão que sou ou incoerente, ou falta dos conhecimentos que devia ter do Continente de Portugal, propondo indagar as produções de Ultramar, sem conhecer presentemente aquelas do Reino. Que não sabemos ainda o que lança a mar nas praias do Reino desde a foz do rio Minho até o rio Guadiana. Que não sabemos ainda o que nasce nas Serras da Estrela, na de Monchique, e na da Caldeira, como também naquelas que separam o Minho de Trás-os-Montes; e muito menos o que em si encerram, nem ainda do que são capazes de criar, nem produzir. Que não temos ainda reparos para impedir as

enxurradas dos rios que têm alagado e destruído os melhores campos. Que não temos até agora tido nenhuma providência para desentupir as fozes dos rios. Que não tendo habitantes supérfluos no Reino, queremos povoar as três partes do Mundo. Vaidade que há muitos anos condenou o homem Português.

*Deixas criar as portas o inimigo
Por ires buscar outro de tão longe
Por quem se despovoou o Reino antigo
Se enfraqueça, e se vá deitando ao longe!
Buscar o incerto e incógnito perigo
Porque a fama te exalte e te lisonge.*

A estas objeções espero responder nos tratados seguintes, que determinei escrever sobre a América; principalmente se souber que serão do agrado de quem as deve aprovar.

Paris Outubro 1763